



Certificação por Competência – O que é e o que diz a Lei (LDB 9.394/96)

A certificação por competência é um processo em que o aluno obtém um certificado de estudos ou qualificação profissional com base na demonstração prática de conhecimentos e habilidades, mesmo que esses conhecimentos não tenham sido adquiridos dentro de uma escola tradicional.

Ou seja:

📌 O que importa é o que a pessoa sabe fazer — não onde ela aprendeu.



O que a LDB diz sobre isso

A LDB 9.394/96 trata do tema principalmente em três artigos:

◆ Artigo 41 – Reconhecimento de competências adquiridas fora da escola

Este é o principal fundamento da certificação por competência.

A LDB diz:

O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Isso significa que:

- Competências adquiridas na experiência profissional podem ser avaliadas e certificadas;

- A certificação pode valer para concluir etapas da educação profissional;
 - O aluno não precisa ter cursado toda a formação, desde que comprove as competências exigidas.
-

◆ **Artigo 24, inciso II – Aproveitamento de estudos e conhecimentos**

A LDB permite:

Aproveitamento de conhecimentos adquiridos por meios informais e experiências anteriores.

No contexto da certificação por competência, isso reforça que:

- A escola pode aproveitar saberes prévios do aluno;
 - Reduz-se o tempo de formação;
 - Permite avanço mais rápido para quem já domina conteúdos.
-

◆ **Artigo 36-B – Educação Profissional por competências**

Incluído após atualizações da LDB, diz que a educação profissional deve ser organizada com base em:

Desenvolvimento de competências profissionais gerais e específicas.

Isso reforça que:

- Toda a formação profissional deve ser focada em competências demonstráveis;
 - A avaliação prática é essencial;
 - Certificação parcial ou por módulo é permitida quando as competências forem comprovadas.
-



Na prática, como funciona a certificação por competência?

Uma instituição reconhecida pode:

1. Avaliar o candidato (provas práticas, teóricas, portfólio, análise da experiência).
 2. Verificar se ele já domina as competências previstas no curso.
 3. Conceder um certificado (de qualificação ou mesmo conclusão do técnico) se todas as competências forem comprovadas.
-



Onde a certificação por competência é mais comum:

- Cursos técnicos
 - Qualificações profissionais
 - Certificações modulares
 - Reconhecimento de saberes profissionais (RSP)
 - Programas de aceleração profissional
-



Pontos importantes (para não haver confusão)

- A instituição deve ser autorizada pelo sistema de ensino para emitir o certificado.
 - A certificação por competência não elimina a necessidade de cumprir a carga horária mínima quando a legislação exige presencialidade (como estágio obrigatório).
 - Competência comprovada não é EJA, é um outro tipo de certificação — ligada à educação profissional.
-



Resumo Final

A LDB 9.394/96 garante que:

- Saber profissional vale tanto quanto estudo formal.
- Quem domina as habilidades pode ser avaliado e certificado.
- A certificação por competência é 100% legal, desde que realizada por instituição reconhecida e dentro dos parâmetros do sistema de ensino.